

Um encontro com o passado: reparando os perseguidos pela ditadura militar no Brasil (1964-1985)*

**An encounter with the past: repairing the
persecuted by the military dictatorship in Brazil
(1964-1985)**

Danyelle Nilin Gonçalves**

RESUMO: O artigo busca analisar os eventos de reparação pública aos perseguidos pela ditadura militar (1964-1985), atentando para os discursos produzidos pelos diferentes atores envolvidos nesse processo. Como estratégia metodológica, além da observação dos eventos, faz uso da análise de sites oficiais, de notícias, e específicos sobre a temática. Esses momentos produzem conteúdos morais e simbólicos, além de visões sobre o passado recente da história brasileira.

Palavras-Chave:
Ditadura militar;
Reparação;
Anistia.

I ntrodução

Desde meados dos anos 90, o estado brasileiro vem vivenciando um processo de “prestação de contas” com o seu passado recente. Esses atos se iniciaram a partir da constituição de leis e consequente instituição de comissões criadas, em âmbito estadual e federal, para julgar processos de reparação simbólica e econômica aos perseguidos políticos pela ditadura militar (1964-1985).

Ao longo das últimas décadas, esse processo vem se ampliando e ganhando projeção. Assim, além das comissões criadas, são renomeados prédios públicos e praças que carregam agora o nome de perseguidos políticos; são realizados eventos públicos, nos quais são julgados processos de reparação simbólica e financeira, e entregue, por representantes do Estado brasileiro, a declaração de “anistiado político” a aqueles que sofreram perseguição política, principalmente durante o período da ditadura militar.

(*) As discussões aqui apresentadas são, em parte, fruto da pesquisa que culminou na Tese O prego do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil, defendida em outubro de 2006 e transformada em livro pela editora Expressão Popular. A pesquisa sobre a Caravana da Anistia foi realizada posteriormente. Embora as leis tenham uma abrangência maior do que somente o período da ditadura militar, op-

tei por eleger os perseguidos nesse período como o foco de análise.

1 Essa Comissão é responsável por receber e julgar os pedidos de indenização às pessoas que foram detidas nos órgãos de segurança do Estado do Ceará no período de 1961 a 1979. Recebeu o nome da advogada cearense Wanda Sidou, conhecida no período militar como a defensora dos ex-presos políticos.

2 De acordo com a regulamentação da Constituição, pela Lei 10.559, de 2002, são declarados *anistiados políticos* aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação *exclusivamente* política, foram atingidos por atos institucionais; punidos com transferência de local de trabalho; punidos com perda de comissões; compelidos ao afastamento da atividade profissional para acompanhar o cônjuge; aqueles que sofreram punição disciplinar, sendo estudantes, pelo decreto 477; aqueles que foram demitidos de seus empregos (sendo funcionários de empresas públicas ou privadas); aqueles que tiveram cassação de aposentadoria ou foram punidos com a transferência para a reserva remunerada; aqueles compelidos a exercer

Ademais, são realizadas diversas homenagens públicas, consideradas como momentos de reconhecimento do papel que algumas pessoas desempenharam quando da ditadura e na luta pela anistia política. Esses atos contam com a participação não apenas dos homenageados, mas também com a presença de governadores, parlamentares, representantes de ministérios e de diferentes instituições, como universidades e órgãos classistas que buscam prestar tributos a aqueles que, nas décadas de 60 a 80, tiveram algum tipo de perda por motivações políticas.

Os discursos, nesses eventos, frequentemente se iniciam com análises do período governado por João Goulart, sobre as conquistas que as classes trabalhadoras vinham obtendo no Brasil e que foram interrompidas pelo golpe de 64. São lembradas as cassações, prisões, torturas, mortes e o terror instalado. Por fim, ressalta-se a mobilização criada em torno da anistia como forma de resolver algumas questões postas pelo árbitro.

Ainda que em menor medida, os discursos tecem algumas críticas ao processo de anistia por ter sido aprovado dentro dos limites da ditadura e, por isso, ser cheio de limites e contradições; há, na maioria das falas, comentários positivos sobre o alcance da lei, lembrando que a anistia possibilitou a retomada da vida, a saída das prisões, da clandestinidade e a volta do exílio.

Em todos esses acontecimentos, a ditadura militar volta à cena, sendo julgada e condenada, ao mesmo tempo em que seus opositores e suas lutas são enaltecidos. Caracterizam-se pela emoção, sobretudo porque envolvem familiares que presenciam o ato de reconhecimento público das arbitrariedades cometidas contra um de seus membros. Ademais, o fato de ser oficial (sendo feito muitas vezes pelo governador do Estado ou por membros do parlamento) os torna ainda mais significativos.

Para fins de análise, discorrerei sobre os eventos realizados em torno dos julgamentos dos pedidos de anistia política, realizados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e da entrega das declarações oficiais de anistiado político e indenização financeira, concedidas pelo Governo do Estado do Ceará, através de sua comissão de Anistia local, denominada Wanda Sidou¹.

Além da observação dos eventos relatados, analisei sites oficiais, de notícias, e específicos sobre a temática.

A Caravana da Anistia

A Comissão de Anistia foi uma instância criada para julgar os processos na instância federal, a partir da Lei 10.559².

Em fevereiro de 2008, o Ministério da Justiça, através da Comissão da Anistia, implantou a Caravana da Anistia como atividade integradora do Projeto Educativo “Anistia Política: Educação para a Democracia, Cidadania e os Direitos Humanos”. O objetivo era colaborar para o conhecimento, a reflexão e o debate sobre o período histórico de repressão do Estado, além de difundir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão.

Até então os julgamentos ocorriam no prédio do Ministério da Justiça, em Brasília, mas a proposta era descentralizar as atividades, percorrendo todos os Estados da federação brasileira a fim de fazer os julgamentos públicos e coletivos daqueles que entraram com o pedido de “anistia política”. Até dezembro de 2011, já haviam sido realizadas 53 caravanas, tendo sido percorridos 18 estados e o Distrito Federal. Nessas caravanas foram julgados publicamente os processos de cerca de mil perseguidos políticos.

A justificativa apresentada pelo presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão Pires, para “sair das quatro paredes do Ministério e ir para as cidades, junto às suas comunidades”, se dava justamente pelo fato de que era lá “que os ex-presos e ex-perseguidos, foram execrados e tiveram suas dignidades feridas”.

A fim de dar um caráter mais pedagógico e cultural e assim afastar de vez a ideia de que a Comissão de Anistia somente “distribuía” indenizações financeiras, além das sessões especiais de julgamento, diferentes atividades de cunho educativo foram sendo incorporadas ao evento, tais como a exibição de vídeo institucional, seminários culturais e temáticos; sessões de memória e campanha de arrecadação de documentos que posteriormente passariam a integrar o *Memorial da Anistia Política do Brasil*.

Ainda que, em essência, as *Caravanas* funcionem com a mesma lógica da Comissão de Anistia instalada em Brasília, por seu caráter itinerante, elas têm a seguinte dinâmica de funcionamento: é definida uma data para ela acontecer em um determinado Estado ou cidade, sendo que o mesmo estado pode ser visitado mais de uma vez; e os processos de requerimento da anistia são distribuídos entre os relatores que irão compor a Caravana.

Há uma preparação que antecede a chegada dos membros da Comissão de Anistia que são deslocados para essa sessão de julgamentos. Em geral, associações de ex-perseguidos fazem o trabalho de mobilização, mas, em alguns casos, as casas legislativas ou a instituição que sediará o evento também se encarrega de fazer a divulgação, enviando convites para perseguidos políticos, professores do ensino médio, universitários e estudiosos da temática, além de mobilizar os meios de comunicação locais. São convidados o governador

gratuitamente o mandato de vereador, por força dos atos institucionais; aqueles punidos com a cassação de mandatos eletivos, impedidos de tomar posse ou de exercer cargo público, tendo sido aprovados em concurso. Os que não requereram o retorno ainda na abrangência da anistia em 1979, os que tiveram seus pedidos indeferidos ou não conhecidos também fazem parte dos anistiados políticos, sendo emitidas declarações que atestam essa condição.

e prefeito da cidade onde se realizará a Caravana, além dos parlamentares. Por sua vez, o Ministério da Justiça também divulga em seu site a realização da Caravana e o número de processos a serem julgados.

Em geral, a *Caravana* ocorre em mais de um dia. Na composição da mesa de abertura, são chamadas as autoridades presentes (que, dependendo da situação, podem contar com a presença de Ministros, Governadores, Deputados Federais, além de deputados estaduais e vereadores da cidade). Após a execução do Hino Nacional e da mensagem de boas vindas da maior autoridade local presente, é realizada uma sessão de memória em homenagem a algum perseguido político ilustre local e são recolhidos documentos a serem enviados ao Memorial de Anistia. Posteriormente, instala-se a sessão de julgamentos, ponto máximo do evento, quando os relatores vão apreciar os pedidos de reparação feitos anteriormente à Comissão de Anistia³.

O conjunto dos requerimentos de anistia política é analisado por conselheiros responsáveis pela análise de determinado pedido, pelo relato dos fatos e documentos constantes no processo. Assim, o relator forma um juízo sobre o conjunto dos documentos e meios comprobatórios da perseguição permitidos pela ordem jurídica brasileira, pela interpelação e escuta da manifestação do ex-perseguido e pelo debate com os demais Conselheiros sobre a possibilidade de conceder ou não o reconhecimento da condição de anistiado político e, em caso afirmativo, verifica-se a pertinência do direito a uma reparação econômica.

Esses atos de reparação são os que mais diretamente se caracterizam por corrigir injustiças. Por terem um caráter público e oficial, contando com a presença de autoridades, têm sua estatura elevada. Familiares, amigos e *perseguidos políticos* são chamados a compartilhar esses momentos carregados de simbologia, nos quais estão sempre presentes a noção da “injustiça” cometida e a afirmação de que o Estado errou ao prender, torturar, cassar e perseguir seus opositores. Mais do que isso, eles relembram que agora se faz o momento da reparação. Esta virá, seja em forma de dinheiro (quando assim é entendido), seja em restituição de direitos perdidos, além da entrega de documentos públicos comprobatórios da correção da injustiça, como a declaração oficial de anistiado político.

Nesses eventos, as expressões “injustiça”, “correção”, “reconhecimento público” são ressaltadas para simbolizar o processo denominado reparação. Se durante a ditadura militar, aqueles que se opuseram a ela eram julgados e condenados (muitas vezes), obtendo o perdão com a anistia nesses atos, quem pede desculpas é o Estado, invertendo a lógica de “quem errou” e de “quem estava certo”.

3 Alguns julgamentos da *Caravana da Anistia* foram temáticos, como no caso da apreciação de processos de estudantes (Caravana da União Nacional dos Estudantes); de jornalistas (Caravana na Associação Brasileira de Imprensa), e de advogados (Caravana na Ordem dos Advogados do Brasil). Em geral, os julgamentos guardam relação com a localidade por onde a Caravana passa, quando são julgados, coletivamente, processos de perseguidos políticos nestas localidades. Há também outro tipo de julgamento realizado durante as Caravanas, que é o de grupos de requerentes, quando se julga processos de grupo de trabalhadores perseguidos políticos, como os do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, e de metalúrgicos do ABC paulista.

Esse pedido de desculpas aparece não somente no atestado público da condição de anistiado político e na entrega de indenizações e reparações simbólicas, mas também no discurso dos presentes. Nesses momentos, o Estado brasileiro, através de seus representantes, pede perdão publicamente pelos erros cometidos quando da perseguição política, reafirmando o caráter de injustiça sofrida e reconhecendo formalmente as violações por ele cometidas.

A Comissão Wanda Sidou⁴

Além dos atos públicos da Caravana da Anistia, alguns estados que aprovaram a lei que se destina a indenizar financeiramente os ex-presos políticos também realizaram esse evento oficial de pedido de perdão, além de entregarem publicamente as indenizações julgadas anteriormente em suas comissões locais.

Durante a pesquisa que culminou na tese já mencionada, pude acompanhar vários desses eventos realizados no Estado do Ceará, através da Comissão de Anistia Wanda Sidou. Para fins didáticos, descrevo dois desses momentos. O primeiro, quando da entrega ao primeiro grupo de ex-presos políticos a serem indenizados pelo Estado do Ceará.

A cerimônia observada era a primeira entrega de indenizações que o governo do Estado realizava, em 15 de setembro de 2004. No Palácio Iracema, à época sede do governo estadual, 35 pessoas (entre os que iriam receber a indenização, alguns familiares e jornalistas) se aglomeravam em uma pequena sala de reuniões junto ao governador do Estado Lúcio Alcântara. Na primeira fila, estavam os perseguidos políticos junto aos familiares de ex-presos já falecidos⁵.

O ar solene da reunião se revelava nas roupas e nos rostos emocionados das pessoas. A cerimonialista iniciou o ato lendo o nome de cada um deles. Logo após, um a um era chamado e entregue um comprovante de depósito bancário no valor da indenização. Ao receber, o anistiado mostrava o comprovante e sorria para as fotos. Em seguida, um deles discursou em nome de todo o grupo. Segundo ele, o Ceará saiu na frente ao fazer esse ato que tem um significado político de conciliação nacional. E lembrou “aos beligerantes de um lado e do outro” a necessidade da luta pela paz, algo que a anistia simboliza. Ressaltou ainda o ônus sofrido pelos familiares e agradeceu a Comissão e a Associação de Ex-presos Políticos pela luta em favor das indenizações que, segundo ele, tem um “valor de milhões, um valor político e humano”. Assim, agradeceu ao Governador pela coragem em assumir “posições políticas fortes”.

4 Criada por força da Lei 13.202, foi instalada na data que mais guarda simbologia para os perseguidos políticos, o dia 28 de agosto de 2003, quando se comemora o aniversário da promulgação da anistia. A data, assim como o nome da Comissão, foi fruto de negociações com a Associação de ex-perseguidos políticos do estado: a Associação 64/68. O governo sugeriu o nome de Frei Tito, um frei cearense dominicano que foi preso e barbaramente torturado. Após a saída da prisão e exilado, terminou por suicidar-se na França. Embora com todo o apelo que o nome de Frei Tito representava para os ex-presos, eles argumentaram em favor do nome de Wanda Sidou como sendo uma justa homenagem prestada àquela que os tinha ajudado no passado. O governo terminou por acatar a sugestão, denominando a comissão cearense de *Comissão de Anistia Wanda Sidou*.

5 Airton Gomes de Araújo, José Fiúza Gomes, Pedro Paulo Pinheiro, Fabiani Cunha, Evandro Bezerra, José Ferreira Alencar e Antônio dos Santos Teixeira, que contava à época com 95 anos. Foi preso ainda na década de 1930, depois de ter participado da Inten-tona Comunista, tendo

ficado na cela ao lado da que ficou Olga Benário. Preso novamente em 1968, foi torturado na frente do filho que ficou quatro dias em poder dos policiais. Os familiares de José Maria Oliveira, José Anastácio Viana e Gilberto Mariano representavam os anistiados já falecidos.

6 Mário Albuquerque estava ali não como representante dos anistiados, mas como presidente da Comissão Wanda Sidou, já que Papito Oliveira havia se licenciado para concorrer ao cargo de vereador nas eleições municipais de 2004. Com o fim das eleições, Papito Oliveira voltou ao cargo.

7 Rede Ferroviária Sociedade Anônima. A RFFSA foi palco de muitas lutas trabalhistas e era um foco do Partido Comunista. Por conta da militância de parte de seus empregados, com o advento da ditadura, ocorreu uma “caça às bruxas”. Muitos funcionários foram presos (havendo mortes na prisão) e aqueles sob os quais se tinha algum tipo de suspeita “subversiva” se obrigaram a vestir uma farda diferente das demais, de cor laranja.

8 Crateús tem uma história política vinculada ao prestígio. Foi a única cidade

O presidente em exercício da Comissão de Anistia Wanda Sidou, Mário Albuquerque⁶, ressaltou o papel que o Estado do Ceará deu no sentido de “resgatar uma dívida que o Estado e a sociedade têm com os perseguidos políticos”. Para finalizar, lembrou a importância desse momento, que “ainda será apreciado, já que a história precisa de um tempo”.

O último a discursar foi o governador do Estado, que expressou satisfação em participar desse processo e lembrou que os valores monetários “são simbólicos por não se poder mensurar o sofrimento” e que, dessa feita, “a carga simbólica estaria no reconhecimento de que foram vítimas, injustiçados, e de que o Estado extrapolou em suas ações”. Sobre a luta política, lembrou que não pode ser um “meio de vida para ninguém. Ela foi para muitos um meio de morte, mas não pode ser um meio de vida para ninguém”, retomando as categorias weberianas viver “da” e viver “para” a política. E terminou sua fala ressaltando que aquela reunião se dava “em torno dos valores pelos quais se deve lutar e defender todos os dias: a liberdade, a democracia e os direitos humanos”.

Ao fim do ato, anistiados se abraçavam às suas famílias e alguns davam entrevistas para os jornais que, no mesmo dia, noticiaram o evento em todos os seus telejornais. Pouco mais de seis meses depois ocorre a segunda solenidade de entrega de indenizações.

Na segunda cerimônia, também não escolhida ao acaso (no dia 31 de março de 2005, data em que se revive a instalação do golpe militar), optou-se por entregar as indenizações em uma cidade do interior do Estado que havia se notabilizado como palco de lutas durante a ditadura. Essa cidade, Crateús, quase na divisa do Estado, teve 16 de seus municípios presos logo depois de deflagrado o golpe de 64, num único processo, e também participou ativamente da campanha da anistia, contando com um núcleo do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA).

Do grupo de atingidos, nem todos entraram com o pedido de indenização ao governo do Estado. Quatro deles se opuseram, apresentando como justificativa o fato de não ter que lembrar o que sofreram e amedrontados com o fato de precisarem assinar um documento, já que foi essa a principal acusação que os levou a serem presos. Dos doze presos indenizados, apenas cinco ainda eram vivos. Os outros foram representados por seus familiares (viúvas e, no caso de falecimento de ambos, pelos seus filhos). Esses ex-presos eram militares, funcionários locais da RFFSA⁷ e parte deles era filiado ao Partido Comunista⁸. Sua faixa etária atual estava acima dos 70 anos, sendo que um deles já contava à época 90 anos.

Como essas indenizações foram votadas e aprovadas pela Comissão Wanda Sidou, em dezembro de 2004, percebeu-se uma boa oportunidade para homenagear os anistiados. Assim, sugeriu-se ao Governador do Estado que a solenidade se realizasse na cidade e não em Fortaleza, como de costume. A sugestão foi acatada e deram início aos preparativos. Uma das filhas de um ex-presos político se encarregou de organizar a vinda de todos para a Cidade. Foram realizados contatos com cada um dos ex-presos e seus familiares (inclusive com os que não moravam no Município), além de articuladas palestras, entrevistas na rádio, visitas às escolas e Universidade, a serem realizadas pelo Presidente da Comissão de Anistia e pelo representante dos ex-presos políticos nos dois dias que antecederam a entrega das indenizações.

Além dos preparativos em Crateús, também foram convidados os familiares que residiam em Fortaleza e os demais membros da Comissão Wanda Sidou para que pudessem assistir à solenidade. O governo cedeu um ônibus e, assim, os familiares, os advogados da Associação que acompanharam esses processos, o diretor do Arquivo Público Estadual⁹ e pesquisadores do tema puderam viajar para a cidade a fim de acompanhar o evento. No dia 30 de março de 2005, à meia-noite, saiu o ônibus rumo à cidade de Crateús.

O clima era de reencontro por parte dos familiares. Como todos se conheciam, depois dos abraços efusivos, passaram a falar sobre o passado, ressaltando em várias ocasiões a importância daquele acontecimento para suas vidas. Uma das filhas afirmava que aquele era um momento de restauração da honra do pai, mesmo que ele já estivesse morto e isso valia muito mais do que o dinheiro.

A solenidade estava marcada para as dez e meia da manhã. O horário, apesar de inconveniente para aqueles que trabalham o dia inteiro, foi escolhido levando em consideração a agenda do Governador. O local designado para o evento foi o teatro da cidade, que, além da estrutura física, tinha capacidade para mais de duzentas pessoas. Coincidentemente, o teatro se situa ao lado do prédio da Estação de trem da RFFSA, onde alguns daqueles ex-presos trabalharam no passado e onde alguns foram detidos.

A Associação 64/68, assim como faz em várias ocasiões, trouxe uma exposição de reportagens de jornais, tratando de temas referentes à ditadura militar, depoimentos de ex-presos e torturados, relação com a igreja, lutas das mulheres no movimento de anistia, história de personalidades. Enquanto pregávamos os jornais nas paredes internas e externas, na entrada do teatro, os primeiros homenageados já começavam a chegar. Vários deles chegavam amparados por filhos e netos; muitos deles logo tiveram de sentar na primeira fila, destinada a eles.

do Ceará onde Luiz Carlos Prestes passou com sua marcha na Coluna Prestes. Foi também a única onde houve enfrentamento e morreram três homens. Assim, o Partido Comunista tinha uma base local.

⁹ Instituição responsável pelos documentos públicos do Estado, dentre os quais, prontuários da polícia política. O Arquivo vem se revelando de grande valia para a junção de documentos, inclusive como parte das provas a serem anexadas nos processos de indenização. Ademais, como se propõe a conservar a memória do Estado, os documentos referentes à ditadura militar não poderiam estar de fora.

Foram trazidas também reportagens referentes à repressão na cidade de Crateús, sobre a luta de setores da igreja em prol dos presos, sobre os funcionários da RFFSA. Todos os ex-presos que pararam defronte a ela se apontavam nas fotos, mostravam aos seus familiares; falavam sobre os companheiros falecidos e discorriam sobre a época. Os filhos apontavam com orgulho o retrato do pai falecido. Pela exposição, também passaram amigos e vizinhos, que decidiram ir assistir ao evento como forma de homenagear os velhos conhecidos.

Em determinado momento, chegaram os últimos homenageados e os familiares dos falecidos. Entre abraços, elogios, todos se confraternizavam. Um deles vinha do Estado do Maranhão, onde reside há mais de trinta anos, especialmente para a ocasião. Percebia-se nitidamente a emoção de voltar à terra natal, depois de tantos anos, e reencontrar os velhos companheiros de infortúnio em uma cerimônia de reparação dos atos cometidos contra eles e seus familiares nos anos 1960.

As fileiras de cadeiras foram sendo preenchidas pelos familiares, vestidos para a ocasião, por adolescentes estudantes de uma escola particular, mobilizados pelo professor de Literatura, por professores universitários, amigos e vizinhos. A imprensa também cobria o evento. E o periódico de maior circulação do Estado enviou um jornalista e um fotógrafo dias antes para cobrir o evento. Radialistas e fotógrafos da cidade também estavam lá registrando a movimentação.

Dessa forma, um dos presentes tomou a palavra para afirmar o grato prazer em ver o reconhecimento àquelas pessoas. A filha de um dos ex-presos falecido ressaltou a emoção que teve ao entrar naquela cidade, onde, naquele dia, se estava “contando a história de um povo que sofreu”. Relembrou ainda o período de prisão do pai no 23º BC, em Fortaleza, quando ela estava grávida, e ressaltou, com tristeza, as humilhações vividas no quartel quando levava os remédios para o pai e a vasculhavam. Por fim, agradeceu àqueles que contribuíram para aquela homenagem.

Um dos presentes subiu ao palco e relembrou o período das prisões. Segundo ele, o que mais revoltou na época foi que as pessoas que foram presas eram “pessoas de bem...”

A palavra foi retomada pelo presidente da Comissão de Anistia, Papito Oliveira, que ressaltou a carga emotiva daquela cerimônia, já que várias daquelas histórias foram guardadas a vida inteira e que, naquele momento, as memórias esquecidas, guardadas e mantidas estavam se tornando públicas.

Ressaltou o caráter pedagógico daquele evento: lembrar que aquele momento nunca mais voltará ao Brasil¹⁰, além da necessidade de reverenciar as pessoas que sofreram.

A solenidade oficial iniciou-se às doze e meia, com a presença do Governador, de um secretário de Estado e de políticos da região. Depois de relatado o objetivo da Lei 13.302, procedeu-se à entrega das indenizações (na verdade, o comprovante bancário do depósito realizado) aos beneficiários.

Todos os componentes da mesa desciam as escadarias do palco para entregar os envelopes aos ex-presos. Aqueles que tinham dificuldade de se levantar permaneciam sentados. Cada vez que um nome era chamado e se dava a entrega do envelope, a plateia saudava com palmas. Além dos componentes da mesa, algumas pessoas da Cidade foram chamadas para realizar a entrega. Nessas ocasiões, os abraços se davam de forma mais efusiva.

Após esse momento, um dos ex-presos discursou de maneira informal sobre a importância do evento. O discurso iniciou-se lembrando que eles foram vítimas, e que, antes dos fatos, eram donos da “cidadania completa”. Lembrou que não eram “subversivos” e que nunca foram “antipatriotas”. Seu discurso revelava o valor da honra, tão presente na cultura nordestina. A alegria daquele encontro estava no fato do reconhecimento público feito pela Cidade e pelo Governador de que eles e os amigos não eram ‘subversivos’ nem ‘antipatriotas’

Logo após, a filha de um deles fez um discurso breve e emocionado. Lembrou que a lei repara na “medida do possível”, já que não é possível imaginar a dor da prisão, do afastamento do trabalho, dos entes queridos. Frisou que os presos eram homens honrados, “cidadãos de bem”, cumpridores de suas obrigações e que foram punidos pelo fato de “pensarem diferente do que se permitia à época”. Sua fala continuou lembrando os sacrifícios e dificuldades enfrentadas por eles e seus familiares. Como filha de um ex-presos político, relembrou as dificuldades surgidas quando ainda eram adolescentes e que, por conta da prisão, modificaram a dinâmica de suas vidas, já que tiveram que assumir responsabilidades prematuramente: “o peso do mundo arremessado sob nós”, e, assim, tiveram que “amadurecer da noite para o dia”. Recordou nominalmente alguns sofrimentos vividos pelos ex-presos e seus familiares para que “mantida viva em nossa memória não permitamos que a história se repita”. Ao final de sua fala, depois dos agradecimentos, pediu um minuto de silêncio em memória aos ex-presos falecidos.

Depois foi a vez de o Governador fazer seu discurso. Iniciou lembrando que a história “não se apaga” e que, em nome dos fatos, estavam fazendo o

10 Segundo Jelín, “Las operaciones del recuerdo y el olvido ocurren en un momento presente, pero con una temporalidad subjetiva que remite a acontecimientos y procesos del pasado, que a su vez cobran sentido en vinculación con un horizonte de futuro”. (2002, p.2).

reconhecimento naquele momento. Ressaltou o conteúdo simbólico daquelas indenizações e aproveitou para afirmar que a política “não pode ser objeto de divisão, nem um ajuste de contas com os adversários”. Terminou sua fala reafirmando a necessidade de aprofundar a democracia.

Com o final dessa fala, deu-se por encerrada a solenidade. Depois da sessão de fotos para os jornais de Fortaleza e para os arquivos pessoais, os homenageados foram saindo lentamente do teatro. Observei aquelas cabeças brancas tentando pensar o que representava para eles aquele momento. Além de certo ajuste com o passado, uma remissão dos filhos e netos que cresceram, muitas vezes, não conhecendo por inteiro a história dos avôs. Notava-se a emoção de forma visível em alguns deles. As filhas dos ex-presos falecidos eram as que mais externavam a emoção. Naquele dia, no Teatro de Crateús, deu-se um encontro de gerações. Filhos, netos, parentes, amigos, vizinhos e conhecidos estavam ali para ver e homenagear aquelas pessoas. A irmã de um ex-presos político me confidenciou sua alegria por aquele momento. Ela, que mora em Fortaleza, veio especialmente para a ocasião, para representar a mãe, falecida, que sempre dizia que um dia isso ia acontecer, mas não conseguiu estar viva para ver seu filho sendo redimido.

Nessa solenidade, mais do que em outras, percebeu-se o peso dado à questão da honra. Os discursos foram marcados por termos como “reputação”, “reabilitação moral”, “reparação moral” e “cidadãos de bem”. A discussão da honra foi maior do que a discussão política, muitas vezes esquecida ou até negada por eles mesmos.

Reparar o passado a fim de construir o futuro

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça entende que esse processo de reparação oficial tem duas funções: possibilitam o diálogo e o acúmulo de informações sobre a luta pela democracia brasileira, auxiliando no fornecimento de subsídios para o resgate do processo histórico vivido, porém, muitas vezes não compreendido pela juventude. Entende-se que, ademais, “os pedidos públicos de desculpas ampliaram de forma significativa a reparação daqueles anistiados, agregando valor moral à anistia política”.

Segundo alguns anistiados, esse processo vai além. Para Theodmiro Romeiro dos Santos, um dos poucos ex-presos políticos que chegaram a ser condenados à morte pela Justiça Militar¹¹ e agora reparado na 51ª Caravana da Anistia, ocorrida em setembro de 2011 em Recife, houve “um reconhecimento pelo Estado brasileiro de que luta que os opositores travaram contra a ditadura militar foi uma luta justa e necessária para o estabelecimento da democracia no País”.

11 Theodmiro não pôde voltar ao Brasil depois da anistia de 1979, mas só depois de expirada a sua condenação. Hoje, é juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Pernambuco.

Todos esses eventos se caracterizam por uma lógica de rememoração do passado quando são ressaltados os atos de bravura de uma geração e a disposição para a luta em prol das liberdades democráticas e pela construção do país. Ademais, servem para reforçar a identidade dos anistiados e *perseguidos políticos*, para criticar a ditadura militar e seus atos, para analisar o passado à luz do presente e, dessa forma, contar sua versão sobre a história, seus protagonistas e desejos. Está em jogo, portanto, a própria reconstrução da história do País.

Não se deve esquecer, no entanto, de que “as comemorações buscam, nessa rememoração de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente”. (SILVA, 2002, p.432).

Dessa forma, é recorrente o discurso de que todos aqueles que pegaram em armas e lutaram contra os militares o fizeram em prol de uma sociedade mais justa, democrática e livre de desigualdades. Há uma relação direta nos discursos entre “a luta” e a “conquista da democracia”. Há também um discurso recursivo da relação “anistiados e consequente estabelecimento da democracia e as conquistas sociais posteriores”.

Considerações Finais

As memórias dos eventos relacionados à ditadura militar revelam-se como *espaços de lutas simbólicas*. Pelo fato de retratar um período da história ainda viva na memória não só dos que viveram, mas de gerações que conviveram direta e indiretamente com os problemas causados pelas prisões, torturas e perseguições durante a ditadura militar, esse é um tema que enfrenta paixões.

Essas disputas encontram, nas medidas reparatórias, uma ocasião para que possam emergir com maior intensidade. As leis reparatórias e os eventos criados em torno delas permitem criar situações de aproximação à causa dos anistiados, mas também, e na mesma medida, uma oposição a eles. Isso ocorre tanto em relação ao significado das lutas e à figura do herói como sobre qual o reconhecimento que aqueles que lutaram contra o movimento de 64 devem ter socialmente.

Esse debate se mostra fecundo e, à medida que às *comissões* aprovam o pedido de um anistiado ou realizam sessões de homenagens a algum perseguido político ele volta com força total.

Assim, de modo mais velado ou aberto, ocorrem disputas em torno do processo de ressarcimentos e reparações, e são ressaltados o “revanchismo”

12 Existem vários grupos que criticam a indenização e os que o fazem com maior vigor são os ligados aos militares. Normalmente, são pessoas que já compuseram as Forças Armadas ou que são favoráveis à ditadura. Esses grupos fazem uso da internet para se opor não somente às indenizações, mas a todo esse processo de revisão do passado, utilizando sites para isso. Assim, sites, como *Mídia sem máscara*, *A verdade sufocada*, que têm com um de seus redatores, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, denunciado por muitos ex-presos políticos como um torturador, cumprem essa função. Dentre eles, o que mais se destaca é o TERNUMA (*Terrorismo Nunca Mais*), uma entidade não governamental dedicada à memória das vítimas na

Artigo

Recebido: 23/10/2011

Aprovado: 09/11/2011

Keywords: military dictatorship; Repair; Amnesty.

e a “parcialidade dos governos atuais”. Há, ainda, a condenação à anistia, considerada “caolha e injusta”, já que que premiou exatamente o lado dos “bandidos”.

Por ocasião da realização da Caravana da Anistia em Recife, quando seria julgado o pedido de anistia política de Theodomiro Romeiro dos Santos, dentre outros, o site *A verdade Sufocada*¹² trazia as seguintes considerações, além de uma foto do ex-perseguido político que tinha a seguinte legenda: Theodomiro Romero(sic) dos Santos, *que depois de preso matou, pelas costas, com um tiro na nuca*, o sargento Walder Xavier de Lima, havia ainda um link onde se sugeria que os internautas clicassem para ler uma matéria sobre seus crimes. Os comentários posteriores dos internautas são bem reveladores das percepções do passado geradas em torno desses eventos reparatórios:

Caros irmãos das Forças Armadas, auxiliares, polícia civil e federal. Na verdade se analisarmos o governo militar no Brasil, à luz da verdade, constataremos que não houve ditadura coisa nenhuma, acho que foi é brando demais, já que guerrilheiros tem que ser tratados com muita repressão. Se fosse em outros países muita gente teria sido mortos como: Dilma, Lula, Genoíno, Zé Dirceu e milhares de outros que lutaram contra nosso país e a favor de ideologias estrangeiras. Nossas Forças Armadas e PM, PC etc foram muito disciplinados para os acontecimentos.

O que se percebe, nos eventos de reparação ou nas críticas geradas a eles, é que se está em jogo a construção de um passado que “teima” em estar presente. Por trás dessas disputas pela “verdade histórica”, há uma reinterpretação do passado e da história política recente, do papel que os principais agentes dessa época (militares e militantes) representaram nessa história, o que pretendiam com suas lutas e quem, afinal, foi o vencedor.

ABSTRACT: The article seeks to analyze the public events of symbolic repair of the persecuted by the military dictatorship (1964-1985), by paying attention to the speeches made by different actors involved in that process. As a methodological strategy, in addition to the observation of events, the text makes use of the analysis of official, news and specific web pages about the topic. These moments produce moral and symbolic content, as well as views on the recent past of Brazilian history.

Referencias

BARREIRA, Irllys. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, n° 46. São Paulo: ANPOCS, 2001.

BRASIL. Lei n. 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Transitórias e dá outras providências.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JELIN, Elizabeth (comp.). Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”. Madrid: Siglo Veintiuno España Editores, 2002.

_____. Exclusión, memorias y luchas políticas. Disponível em <<http://www.globalcult.org.ve/pub/clasco/jelin.pdf>>. Acesso em 1º de maio 2006.

MEZAROBBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências- um estudo do caso brasileiro. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2003.

PIRES JUNIOR, Paulo Abrão et al. As Caravanas da Anistia- um mecanismo privilegiado da justiça de transição brasileira. II Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de transição. Disponível em idejust.files.wordpress.com/2010/04/ii-idejust-carlet-et-al.pdf. Acesso em setembro de 2011.

PRADO, Larissa Brisola Brito. Estado democrático e políticas de preparação no Brasil: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n], 2004.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração”: as utilizações sociais da memória. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.22, nº 44, 2000, pp.425-438.

luta contra a esquerda. O nome e os objetivos demonstram se contrapor ao GTNM (*Grupo Tortura Nunca Mais*), dedicado aos perseguidos políticos, em especial aos desaparecidos e ex-presos políticos. O “terrorismo” dos grupos de esquerda aparece para contestar a “tortura” alegada por aqueles. O TERNUMA dispõe de um site no qual jornalistas, comentaristas, militares e pessoas comuns escrevem sobre temas da atualidade. Condensa textos de vários jornais, apresentados em sites jornalísticos ou daqueles que se opõem à “esquerda”. Normalmente, os conteúdos são bastante desfavoráveis aos governos da “era democrática” e ao Congresso Nacional. As notícias de corrupção, o descaso governamental, as discussões sobre salário mínimo, reajuste de servidores públicos civis e militares ocupam parte de suas preocupações. O principal conteúdo do site se destina, no entanto, a cultivar a memória dos anos militares, seus feitos e personagens históricos. Nesse espaço, surgem revelações da ditadura militar e discussões sobre a temática dos desaparecidos políticos, e, em determinados momentos, opiniões sempre contrárias às indenizações.